

Isaac SABBÁ GUIMARÃES

PROCESSO PENAL

**ASPECTOS CONCEITUAIS DO PROCESSO
PENAL CONSTITUCIONAL**

- **ELEMENTOS DO GARANTISMO PENAL**
- **INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**
- **AÇÃO PENAL**
- **COMPETÊNCIA**
- **INCIDENTES PROCESSUAIS**
- **QUESTÕES PREJUDICIAIS**

2ª Edição
Revista e Atualizada

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-7849-0



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Guimarães, Isaac Sabbá.

G963 **Processo penal: aspectos conceituais do processo penal
 constitucional./ Isaac Sabbá Guimarães./ 2ª edição./ Curitiba:
 Juruá, 2018.
 302 p.**

1. Processo penal – Brasil. 2. Brasil. Constituição (1988).
 I. Título.

CDD 345.05
 CDU 343.1

000024

SUMÁRIO

Capítulo 1 – DIREITO E JUSTIÇA.....	15
1.1 Direito Processual Penal: A Realização da Justiça e do Direito Penal e a Viragem Problemática Provocada pelo Neoconstitucionalismo	21
1.2 Direito Processual Penal e sua Compatibilização com os Direitos e Garantias Fundamentais: Aproximações ao Modelo Garantista	32
1.3 Direito Processual Penal e o Atual Modelo de Estado: como Entender-se a Realização Processual Penal num Estado Democrático de Direito Voltado ao Bem-Estar Social	38
1.3.1 O Estado Democrático de Direito e suas implicações no processo penal.....	40
1.4 A Taxonomia do Sistema Processual Penal Brasileiro: Sistema Acusatório, Sistema Inquisitorial ou Sistema Misto?.....	48
1.4.1 Processo penal brasileiro como modelo inquisitório	51
1.4.2 Processo penal brasileiro como modelo acusatório	52
1.4.3 Processo penal brasileiro como modelo misto	54
1.5 O Modelo do Processo Penal Brasileiro e a Problemática de sua Compatibilização com a Constituição.....	55
Capítulo 2 – LEI PROCESSUAL BRASILEIRA	61
2.1 Regramento Juspositivo: Observações ao Código de Processo Penal.....	62
2.1.1 Interpretação	65
2.1.2 Métodos de interpretação.....	66
2.2 Princípios Jusfundamentais Aplicáveis ao Processo Penal.	68
2.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	69
2.2.2 Princípio da universalidade.....	71
2.2.3 Princípio da igualdade	71
2.2.4 Princípio da proporcionalidade	72
2.3 Princípios do Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Processo Penal	73

2.4	Aplicação da Lei Processual Penal no Espaço.....	75
2.5	Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo.....	75
Capítulo 3 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL.....		79
3.1	Princípio do Acusatório.....	80
3.2	Princípio do Devido Processo Legal	82
3.3	Princípio da Justa Causa	84
3.4	Princípio da Publicidade.....	84
3.5	Princípio da Oficialidade.....	86
3.6	Princípio da Obrigatoriedade.....	87
3.7	Princípio da Oralidade.....	88
3.8	Princípio do Livre Convencimento	89
3.9	Princípio da Verdade Processual.....	90
3.10	Princípio do Juiz Natural	91
3.11	Princípio do Promotor Natural.....	92
3.12	Princípio da Proporcionalidade.....	93
3.13	Princípio da Economia Processual	95
3.14	Princípio da Isonomia Processual (Igualdade de Armas).....	96
3.15	Princípio do <i>Favor Rei</i>	98
3.16	Princípio do Contraditório	98
3.17	Princípio do <i>In Dubio Pro Reo</i>	100
3.18	Princípio da Presunção da Inocência.....	101
Capítulo 4 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....		105
4.1	Da Autoridade Policial	105
4.2	Do Inquérito Policial	108
4.2.1	Conceito e caracterização	108
4.2.2	O inquérito e o princípio do inquisitório: o problema da publicização dos atos investigatórios frente aos direitos e garantias fundamentais.....	109
4.2.3	Instauração.....	112
4.2.4	Atos de atribuição da autoridade policial na condução das investigações	115
4.2.4.1	Prazos para as investigações	124
4.2.4.2	Incomunicabilidade.....	126
4.2.4.3	Nomeação de curador.....	127
4.2.4.4	Oferecimento de representação criminal	127
4.2.4.5	Atos investigatórios <i>versus</i> direitos fundamentais do investigado	128
4.2.4.6	Indiciamento, qualificação e identificação criminal	129

4.2.4.7	Relatório final.....	134
4.2.5	Participação do advogado no inquérito policial	134
4.2.6	Trancamento do inquérito policial.....	136
4.2.7	Arquivamento do inquérito policial.....	137
4.3	Outras Formas de Investigação Criminal: O Poder Investigatório do Ministério Público.....	142
Capítulo 5 –	AÇÃO PENAL.....	147
5.1	Condições da Ação Penal	151
5.1.1	Legitimidade de parte.....	151
5.1.2	Interesse de agir	153
5.1.3	Possibilidade jurídica do pedido.....	154
5.2	Condições de Procedibilidade.....	155
5.2.1	Justa causa	157
5.3	Classificação das Ações Penais.....	160
5.4	Ação Penal Pública	160
5.4.1	Ação penal pública condicionada.....	164
5.4.1.1	Prazo para a representação	168
5.4.1.2	Capacidade para representar	169
5.5	Ação Penal Privada	170
5.5.1	Legitimidade ativa.....	173
5.5.2	Decadência.....	176
5.5.3	Disponibilidade da ação penal privada	178
5.5.3.1	Transação	178
5.5.3.2	Renúncia.....	179
5.5.3.3	Desistência	182
5.5.3.4	Perdão	183
5.6	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	184
5.7	Aditamento à Denúncia.....	187
5.8	Recebimento da Inicial da Ação Penal	189
5.9	Rejeição da Inicial de Ação Penal e Absolvição Sumária	190
Capítulo 6 –	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	195
6.1	Jurisdição.....	195
6.1.1	<i>Ne procedat iudex ex officio</i>	197
6.1.2	Princípio do juiz natural.....	198
6.1.3	Indeclinabilidade da jurisdição.....	201
6.1.4	Improrrogabilidade da jurisdição	203
6.2	Competência.....	204
6.3	Julgamento dos Crimes de Responsabilidade	207
6.4	Competência do Supremo Tribunal Federal	208

6.5	Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	209
6.6	Competência da Justiça Militar.....	209
6.7	Competência da Justiça Eleitoral.....	213
6.8	Competência da Justiça Federal.....	214
6.8.1	Estrutura da Justiça Federal.....	226
6.8.2	Competência de natureza absoluta.....	227
6.9	Competência da Justiça Estadual.....	228
6.9.1	Competência <i>ratione loci</i>	231
6.9.2	Competência fixada pelo domicílio ou residência do réu ..	232
6.9.3	Competência fixada em razão da natureza da infração	234
6.9.4	Competência fixada pela conexão ou continência.....	235
6.9.4.1	Concurso da competência do Tribunal do Júri e outro órgão da Justiça Comum.....	238
6.9.4.2	Concurso de jurisdições da mesma categoria.....	241
6.9.4.3	Não aplicação das regras de conexão e continência.....	243
6.9.5	Competência fixada pela distribuição.....	244
6.9.6	Competência fixada pela prevenção.....	244
6.9.7	Competência fixada pela prerrogativa de função.....	245
6.10	Imunidades.....	246
6.11	Questões Relativas à Prerrogativa de Função.....	249
Capítulo 7 – QUESTÕES INCIDENTAIS AO PROCESSO.....		255
7.1	Questões Prejudiciais.....	256
7.2	As Exceções.....	258
7.2.1	Exceção de suspeição.....	259
7.2.2	Exceção de impedimento ou de incompatibilidade.....	263
7.2.3	Exceção de incompetência.....	264
7.2.4	Exceções de litispendência e de coisa julgada.....	267
7.2.5	Exceção de ilegitimidade de parte.....	268
7.2.6	Conflito de jurisdição.....	269
7.2.7	Restituição de coisas apreendidas.....	270
7.2.8	Medidas assecuratórias.....	273
7.2.9	Incidente de falsidade.....	275
7.2.10	Incidente de insanidade mental.....	278
REFERÊNCIAS.....		283
ÍNDICE REMISSIVO.....		289